



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 3.570, DE 24 DE MAIO DE 2022.

“Dispõe sobre o Distrito Criativo de Passagem de Mariana, institui Programa de Valorização do Patrimônio Cultural e o Programa Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico do território e dá outras providências”.

O Povo do município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Juliano Vasconcelos Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Mariana, no exercício interino da Chefia do Executivo Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei reconhece o potencial da economia criativa no distrito de Passagem de Mariana, cria o Distrito Criativo de Passagem de Mariana e institui o Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, o Programa Estratégico de Desenvolvimento Socioeconômico do território, com propósito de promover o desenvolvimento da localidade, fortalecer as iniciativas locais de sustentabilidade econômica e valorização da cultura local como instrumento de promoção do turismo.

CAPÍTULO I DO DISTRITO CRIATIVO

Art. 2º. Fica instituído o Distrito Criativo de Passagem de Mariana, espaço de atuação organizado pela comunidade e pelo Poder Público Municipal, destinado ao fomento à criatividade e inovação artísticas e culturais, estimulando-se a economia local, o turismo e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região.

Art. 3º. A organização e funcionamento do Distrito Criativo de Passagem de Mariana serão efetuados de maneira transversal, formando-se uma parceria entre o Poder Público, a iniciativa privada e a comunidade local voltada para os setores culturais e criativos, entendidos como incluindo a criação, produção e distribuição de bens e serviços tangíveis ou intangíveis que utilizam a criatividade, a habilidade e o talento de indivíduos ou grupos como insumos primários, composta por atividades culturais baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda.

Art. 4º. A formalização do Distrito Criativo de Passagem de Mariana leva em conta os seguintes indicativos:

I – a criatividade, a inovação, os talentos e as habilidades de indivíduos, entidades e grupos sociais alocados no território que são os insumos primários das atividades culturais baseadas no conhecimento e técnicas replicáveis;

II – a necessidade de se formular e implementar políticas públicas para o fortalecimento da economia criativa e das atividades socioculturais que direta e indiretamente a compõem, como elemento formador da identidade local e potencial gerador de emprego e renda;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

III – a relevância das lideranças locais no sentido de pertencimento, na apropriação dos espaços culturais, na valorização e preservação do patrimônio histórico, natural e imaterial;

IV – o poder-dever da administração municipal em apoiar as iniciativas locais e promover a indução, regulação e fortalecimento do ambiente social-econômico para um desenvolvimento transversal dos setores culturais, criativos e do turismo;

V – o estímulo às atividades culturais como instrumento transformador das sociedades;

VI – o respeito à cultura local, a identificação e preservação do patrimônio edificado, natural e imaterial.

Art. 5º. A formalização do Distrito Criativo de Passagem de Mariana tem os seguintes objetivos, além de outros que visem à consecução de sua finalidade de incentivo à criatividade e inovação artísticas e culturais:

I – promover a diversidade cultural e o desenvolvimento humano;

II – valorizar a identidade local;

III – oportunizar um espaço igualitário e democrático onde, por intermédio da criatividade e da cultura, os diferentes segmentos sociais possam harmonizar-se;

IV – valorizar e fomentar a diversidade cultural e suas formas de expressão material e imaterial, bem como o potencial criativo e inovador, as habilidades e talentos individuais e coletivos, o desenvolvimento humano, a inclusão social e a sustentabilidade por meio da formação de arranjos produtivos locais e fortalecimento das iniciativas já existentes;

V – desenvolver ações de disseminação de tecnologia social resultante de um trabalho coletivo, que encontre sustentação e legitimidade no diálogo com a sociedade local;

VI – promover uma atuação conjunta entre todos os órgãos públicos municipais cuja atuação possa incrementar o fomento da economia criativa na localidade;

VII – estimular o setor empresarial a valorizar seus ativos criativos e inovadores, com a finalidade de promover a competitividade de produtos, bens e serviços cujos insumos primários sejam o talento e a criatividade individual e coletiva locais criando e fortalecendo os padrões de identidade territorial;

VIII – apoiar os coletivos de arte e pequenos produtores culturais locais por intermédio da valorização de seus ativos criativos e inovadores;

IX – simplificar os procedimentos para instalação e funcionamento das atividades econômicas que compõem a economia criativa;

XI – melhorar a interatividade entre os atores criativos, culturais e inovadores locais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

XII – facilitar o intercâmbio de conhecimento e a geração de negócios e estimular a atração turística por meio da realização de eventos, encontros e seminários;

XIII – propor, articular, estimular e divulgar linhas de financiamento, fundos de investimento e outros mecanismos de fomento, com vistas a ampliar o acesso de empreendimentos a essas fontes;

XIV – promover a qualificação profissional, em parceria com instituições públicas e privadas;

XV – fomentar as iniciativas sociais e culturais reforçando os laços de pertencimento dos moradores locais, bem como de todo o município, com sua história e tradições da comunidade passagensense.

Art. 6º. Para efeitos desta lei, consideram-se setores criativos as atividades relacionadas às seguintes áreas:

I – Patrimônio Cultural: atividades que se desenvolvem a partir dos elementos da herança cultural, envolvendo as celebrações e os modos de criar, fazer e viver, tais como o artesanato, a gastronomia, o lazer, o entretenimento, o turismo a sítios com valor histórico, artístico e paisagístico e a visitação a museus e bibliotecas;

II – Artes: atividades humanas ligadas às manifestações de ordem estética ou comunicativa, realizada por meio de uma grande variedade de linguagens, tais como a literatura, o desenho, escultura, pintura, música, dança, teatro e cinema, em suas variadas combinações;

III – Mídia: atividades que produzem um conteúdo com a finalidade de comunicação com grandes públicos, como o mercado editorial, a publicidade, os meios de comunicação impresso e produções audiovisuais cinematográficas, televisivas, virtuais e radiofônicas, e;

IV – Criações Funcionais: atividades que possuem uma finalidade funcional, como a arquitetura, a moda, as animações digitais, jogos, aplicativos eletrônicos, *softwares* e *design* de interiores, de objetos e de eletroeletrônicos.

V – Lazer: festejos populares, folclóricos ou religiosos, competições desportivas de esportes consagrados ou práticas reconhecidas pela comunidade.

CAPÍTULO II

DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 7º. Na forma do art. 53 da Lei Complementar nº 016/2004 – Plano Diretor Urbano e Ambiental de Mariana fica instituído o Programa de Valorização do Patrimônio Cultural do Distrito de Passagem de Mariana, nos termos desta lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 8º. O Programa ora instituído destina-se a promover ações integradas pelo poder público e a sociedade civil com o propósito de recuperar o casario histórico, o paisagismo urbano, o piso das vias urbanas e calçadas, as cerimônias civis e religiosas, as festas profanas, a cultura oral, musical, literária, folclórica e culinária, entre outros valores culturais do Distrito de Passagem de Mariana, transformando tais valores culturais em produtos turísticos, de maneira a criar um nicho econômico atrativo ao turismo.

Art. 9º. São objetivos do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural de Passagem de Mariana, além daqueles mencionados no artigo anterior:

- I – preservar o patrimônio cultural local;
- II – criar cadastro individualizado dos ícones de interesse cultural na localidade;
- III – promover exploração econômica sustentável do patrimônio cultural;
- IV – promover a integração das ações públicas e privadas destinadas à proteção do patrimônio cultural existente;
- V – criar roteiros de acesso ao patrimônio natural;
- VI – instituir e manter canal de divulgação permanente dos valores locais em rede mundial de computadores.

Art. 10. São metas do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural:

- I – promover o inventário de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, singulares ou coletivos, situados no distrito que possuam referências de valor cultural e simbólico, composto de pesquisa histórica, levantamentos gráficos, fotográfico e documental, diagnóstico sobre estado de conservação e condições de uso;
- II – efetuar a classificação dos bens inventariados de acordo com o grau de importância histórico-cultural, a preservação, o grau de risco e as possibilidades de sustentabilidade econômica como produto turístico;
- III – elaborar projetos de intervenção física que assegurem a integridade dos bens inventariados e das referências culturais que corram riscos de destruição;
- IV – elaborar de projetos de prevenção e incêndio e segurança;
- V – elaborar de programas específicos de recuperação, preservação e de proteção além planos de sustentabilidade econômica do acervo, que compatibilizem uso e manutenção do patrimônio cultural local;
- VI – esclarecer a comunidade local, os proprietários e possuidores de bens de valor cultural sobre sua importância para a formação da identidade do povo local e potencialidades econômicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – integrar a educação pública municipal às iniciativas de proteção ao patrimônio cultural;

VIII – criar e fomentar iniciativas de aproveitamento e exploração econômica dos bens materiais ou imateriais de valor cultural;

IX – propor programas estratégicos de desenvolvimento sócio-econômico da comunidade do entorno;

X – divulgar nos diversos meios midiáticos o acervo cultural local, propondo calendário de eventos atrativos ao visitante e integrado à vida cotidiana da comunidade, desenvolvendo produtos para o turismo de contemplação, ecológico, cultural e religioso.

CAPÍTULO III

DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Art. 11. Os programas estratégicos de desenvolvimento sócio-econômico consistem em conjunto de ações municipais coordenadas, realizadas em parceria com a sociedade civil e demais segmentos governamentais, em razão da necessidade de intervenção em setores considerados estratégicos para o desenvolvimento sustentável do distrito e em face de carências e potencialidades do local que justifiquem a realização de projetos urbanísticos e de apoio às iniciativas produtivas, criando um nicho econômico paralelo à mineração.

Art. 12. Os programas estratégicos de desenvolvimento socioeconômico poderão conter projetos de intervenção prioritária em imóveis públicos e particulares de interesse cultural, em risco ou necessitando de intervenção para a preservação ou recuperação, reservando ao município o direito de firmar parcerias ou valer-se das medidas administrativas de acautelamento e proteção dos bens em risco.

Art. 13. O financiamento dos programas estratégicos de desenvolvimento socioeconômico dependerá da alocação de verbas públicas do orçamento municipal, da captação de receita proveniente de programas governamentais estaduais e federais afins, de investimentos privados e ainda de aporte de recursos do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FUMPAT).

Art. 14. Os programas estratégicos de desenvolvimento socioeconômico deverão ser realizados de forma complementar, consistindo cada um deles isoladamente etapa do processo geral de desenvolvimento sustentável do Distrito.

§ 1º. A implantação dos programas estratégicos apresentados neste capítulo contempla concomitantemente ações e intervenções urbanas que visem à melhoria da qualidade de vida da população residente, no que tange a gerência de recursos hídricos, saneamento básico, coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. A proposta de consolidação de um nicho econômico sustentável na localidade abrigará, ainda, a adequação dos espaços urbanos e comerciais para atendimento ao público, oferecendo consultoria e assistência ao empreendedor residente para ampliação, modificação ou incremento do seu negócio.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO LOCAL DO DISTRITO CRIATIVO DE PASSAGEM DE MARIANA

Art. 15. Fica criado o Conselho Local do Distrito Criativo de Passagem de Mariana (CLDC), composto por 10 (dez) integrantes da comunidade local, vinculados às organizações e entidades do setor cultural, desportivo e social, e 02 (dois) representantes do Poder Público municipal, para exercício de mandato de 02 (dois anos) podendo ser renováveis sucessivamente por igual período.

Art. 16. Os membros oriundos da comunidade local serão escolhidos pelos segmentos criativos do distrito e pela sociedade civil organizada no território enquanto os dois membros do Poder Público serão indicados pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município, vinculados a órgãos que tenham afinidade com o tema.

Art. 17. São competências básicas do CLDC, além de outras previstas em regulamentação específica:

I – realizar reuniões periódicas a fim de discutir pautas de interesse do Distrito Criativo e dentro das diretrizes desta lei;

II – discutir, analisar, planejar e acompanhar os planos gerais e específicos relacionados ao desenvolvimento do Distrito Criativo de Passagem de Mariana;

III – colaborar com a implantação de manutenção das políticas públicas no território do distrito, visando a melhoria dos serviços públicos oferecidos à população;

IV – promover planos e ações para desenvolvimento dos setores criativos;

V – formar grupos de trabalho setoriais com a participação de outras representações da comunidade, empresas, centros educacionais, entidades do terceiro setor e outras partes interessadas que possam contribuir com os propósitos desta lei;

VI – indicar os temas específicos dos setores criativos que requeiram tratamento planejado;

VII – cooperar na concepção, implantação e avaliação de políticas públicas para os setores criativos, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, preservando o interesse público e;

VIII – incentivar o fomento à criatividade e inovação artísticas e culturais, estimulando-se a economia local e as informações na área da economia criativa;

IX – instituir, aprovar e alterar seu Regimento Interno.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. O Regimento Interno do CLDC deverá conter disposição que permita estabelecer processos próprios de governança, mediação técnica de projetos e diálogo social adequados às características do Distrito Criativo de Passagem de Mariana.

Art. 18. O exercício de mandato no CLDC é considerado função de relevante valor social e não será remunerado.

Art. 19. O CLDC não substitui a Associação de Moradores da localidade ou qualquer outra entidade da sociedade organizada, compondo com estas o foro permanente de diálogo entre o poder público e a comunidade visando alcançar a plenitude dos objetivos e propósitos desta lei e a melhoria da qualidade de vida da população.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Município, com auxílio da sociedade local, promoverá estudo etnográfico visando identificar a contribuição dos diversos povos que ao longo da história formaram a comunidade passagensense.

Art. 21. As despesas previstas nesta lei serão suportadas pelas diversas dotações que constam nas ações programáticas do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer – SECULT.

Art. 22. Sempre que necessário o Poder Executivo expedirá, por Decreto, normas regulamentares aos programas criados por esta lei.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana, 24 de maio de 2022.


Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal em Exercício